

A PENA E A FORJA: JORNAIS DE TRABALHADORES NO AMAZONAS NO SÉCULO XIX

THE HAMMER END THE FEATHER: FIRST WORKER'S NEWSPAPERS IN AMAZONAS, 1890-1892

Maria Luiza Ugarte Pinheiro*

Resumo: O jornalismo produzido por trabalhadores marcou sua presença no cenário amazonense. Alimentou-o diretamente as importantes mudanças ocorridas no cenário regional, marcadamente a rápida expansão econômica, que atraiu e marginalizou amplos contingentes de trabalhadores urbanos. O presente artigo analisa o surgimento dos primeiros jornais operários no Amazonas que teve início no final do século XIX com a publicação dos periódicos *O Restaurador -1890*; *O Imparcial – 1890*; *Gutenberg – 1891-1892*; *Operário –1892*, e se estendeu com mais vigor pelas primeiras décadas do século XX. O surgimento desses periódicos guarda relação direta com o avanço da imprensa no Amazonas, seja pela proliferação de tipografias, concentrando trabalhadores gráficos que mais tarde irão se lançar na feitura de seus próprios jornais, seja pelo sucesso da nova linguagem, capaz de articular interesses comuns e amplificar a atuação de grupos e segmentos sociais até então incapazes de se fazerem ouvir no seio da comunidade.

Palavras-chave: História da Imprensa. Imprensa Operária. Movimento Operário. Periodismo. Jornalismo Operário.

* Professora Associada na Universidade Federal do Amazonas, atuando na Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: malu.ufam@gmail.com

Abstract: The periodism developed by the working class marked their presence in the Amazon scenario. It was provoked directly by the important changes in the regional scenario, especially the rapid economic expansion, which lured and marginalized a large number of urban workers. This article analyzes the rising of the first worker's newspapers in Amazonas, that began in the late nineteenth century with the publication of the journals -1890 *The Restorer*, *The Impartial* - 1890; *Gutenberg* - 1891-1892; *Worker* -1892, and spread more vigorously during the first decades of the twentieth century. The emergence of these journals is directly related to the advancement of the press in the federal state of Amazonas, whether by proliferation of printing presses, concentrating the workers of the graphical segment that will be launched later in making their own newspapers, or the success of the new language, now able to articulate common interests and amplify the actions of groups and social segments that, until then, were unable to make themselves heard in the community.

Keywords: History of Press. Press Worker. Labor Movement. Journalism. Journalism Worker.

No alvorecer da República, em meio a incertezas e expectativas de mudança, novas vozes de um mundo em mutação ecoaram pela floresta, carregando com elas esperanças e expectativas. Assim, em meio a verdadeiro frenesi modernizador lastreado pela expansão da economia extrativista da borracha, em que a imprensa amazonense inaugurava dezenas de títulos a cada ano, o jornalismo produzido por trabalhadores marcava sua inserção no cenário amazonense.

Embora com participação modesta, dentro do quadro mais amplo do periodismo local, que alcançou, no conjunto, o expressivo número de 388 títulos entre 1851 e 1908, a imprensa operária amazonense só agora começa a receber maior atenção por parte dos historiadores locais. Certo descaso da historiografia para com esses registros já havia, inclusive, sido alvo da crítica de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, que, em interessante estudo, aferiam que “no Brasil ainda são raros os estudos monográficos sobre a imprensa operária, principalmente nos Estados mais afastados dos grandes centros industriais”.¹

Com efeito, o aparecimento de uma imprensa de trabalhadores no Amazonas foi o resultado de um conjunto de importantes e complexas mudanças ocorridas tanto no cenário nacional, quanto no cenário regional. Antes de mais nada é preciso registrar que, em fins do século XIX, a emergência política da classe operária era fenômeno sentido em escala internacional e, principalmente a partir da fracassada experiência revolucionária da Comuna de Paris, em 1871, poucos punham em dúvida seu poder de mobilização e luta.² No Brasil, os processos de urbanização e modernização, em meio a relevantes

transformações econômicas e políticas – crise do escravismo, emergência da República – trouxeram para a linha de frente das tensões sociais e políticas uma classe operária não apenas numerosa, mas participativa, que se lançava ao associacionismo, enquanto ensaiava, nas ruas, suas primeiras reivindicações e protestos.³

O Amazonas, como diversas outras regiões do Brasil vividamente articuladas pela economia de um mercado mundial em expansão, não ficou alheio as “novidades” do mundo moderno, que chegavam não apenas pela imprensa – favorecida pelo telégrafo e pelos cabos submarinos –, como também pelas mercadorias e trabalhadores que chegavam ao seu porto. Fazendo um balanço da dinâmica cultural da capital amazonense na primeira década do século XX, Bradford Burns nos dá a dimensão dessas aproximações propiciadas pela imprensa e pela expansão da cultura letrada:

Manaus, para seu tamanho, possuía uma audiência literária fora do comum. A cidade mantinha dois bons jornais diários, o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Amazonas*, bem como pelo menos mais uma dúzia de periódicos diferentes. As duas maiores livrarias ofereciam as últimas publicações brasileiras e jornais, revistas e livros estrangeiros... O grande interesse por jornais e livros tanto estrangeiros quanto nacionais pode ser explicado parcialmente pela elevada percentagem de empresários estrangeiros na comunidade, mas a melhor explicação reside no fato de que Manaus possuía um sistema educacional excepcionalmente bem desenvolvido. Realmente, a maior soma sob uma única rubrica do orçamento estadual de 1910 destinava-se à educação. E a maior parte dessa verba permanecia em Manaus.⁴

Paralelamente, o mundo do trabalho também se adensou e diversificou, já que a rápida expansão econômica atraiu e marginalizou amplos contingentes de trabalhadores rurais e urbanos. Acrescenta-se a isso a entrada vigorosa de imigrantes nacionais, mobilizados para o corte das seringueiras nas áreas produtoras da região.⁵ Entretanto, é importante asseverar que a rápida expansão econômica pela qual passou a região foi incapaz de assimilar integralmente as sucessivas levas de trabalhadores e “aventureiros” que vinham para o Amazonas em busca de emprego. Temendo as notícias que reportavam a ocorrência de epidemias e maus tratos nos seringais, aliados ainda ao temor dos ataques de grupos indígenas ou de animais silvestres, muitos migrantes optaram por ficar nos núcleos urbanos em expansão – como Manaus ou Belém – engrossando ali as fileiras daqueles que, vivendo marginalmente, viriam a compor o cerne dos trabalhadores urbanos.

A imprensa local abrigou de forma sistemática parte dessas reclamações populares com relação a emprego, salário, saúde, moradia e instrução, muitas vezes abrindo para elas colunas específicas em suas primeiras páginas. As “queixas do povo”, ancoradas desde o final do século XIX pelo *Jornal do Brasil*, ganharam congêneres em diversos jornais amazonenses, como o *Jornal do Comércio*.⁶ Tais conflitos e demandas alicerçaram uma ambiência de insatisfações múltiplas que produziram efeitos políticos inovadores no cenário amazônico. Assim, manifestações de protestos, passeatas, organizações sindicais e mesmo greves operárias passaram a imprimir suas marcas na história regional.

Já na década de 80 do século XIX ocorrem as primeiras greves em Manaus afetando principalmente as categorias ligadas aos serviços urbanos que começavam a ganhar relevância numa cidade que se projetava como centro exportador de matéria-prima (borracha) para o mercado mundial. Tendo Manaus assumido o papel de entreposto comercial, nada mais lógico que marítimos e portuários – dentre os quais destacaram-se catraieiros e estivadores – fossem, por suas dimensões e importância estratégica, os responsáveis pelas primeiras manifestações, protestos e movimentos grevistas no Amazonas.⁷ A primeira greve ocorrida em Manaus de que se tem notícia, foi a dos catraieiros, datada de 1883, quando estes trabalhadores portuários se recusaram a transportar mercadorias para o cais e que fossem provenientes de toda e qualquer embarcação que tivesse ou transportasse escravos em seu interior. Dessa forma, a greve mostrou-se intimamente ligada ao movimento pela abolição da escravidão, que no Amazonas (como também no Ceará) foi oficializada quatro anos antes da Lei Área, em 1884.⁸

No universo do trabalho urbano, a imigração de estrangeiros, sobretudo a de portugueses, ao lado das sucessivas levas de migrantes nacionais, principalmente nordestinos, ajudou a articular essas insatisfações, reverberando um conjunto de ideias de crítica social que, como é sabido, estavam sendo divulgadas no seio da classe trabalhadora estrangeira desde longa data.

O tema da aferição do peso da imigração estrangeira no interior do processo formativo do operariado brasileiro é, na verdade, bastante complexo, e gerou intenso debate historiográfico. Assim, a discussão da origem étnica dos trabalhadores urbanos no Brasil da Primeira República, foi consagrada pela abordagem de Sheldon Maran, que recupera esse segmento específico da classe operária como um agente dinâmico de grande importância no processo de organização e conscientização dos trabalhadores. Revisitando o tema, Cláudio Batalha assevera uma maior importância dos imigrantes estrangeiros em São Paulo e argumenta que “no Nordeste e no Norte o impacto da imigração foi menos significativo”. De forma acertada, o autor pondera que “os imigrantes, que acabaram por integrar o proletariado urbano no Brasil, em sua maioria provinham de áreas rurais dos seus países de origem, sem qualquer experiência prévia de trabalhadores industriais ou organização sindical”.⁹

Se é possível concordar com essa última observação de Batalha, o mesmo não se aplica quanto da avaliação do peso da imigração estrangeira no Norte, pelo menos não parece se aplicar ao caso específico do Amazonas da virada do século XIX para o XX, em especial se levarmos em consideração os dados apresentados por Hermenegildo de Campos.¹⁰ Em recente comunicação, Luís Balkar Pinheiro, lembrava que, em 1918, os portugueses formavam cerca de 10% dos trabalhadores vinculados na recém-criada *Sociedade União Operária Amazonense* e que, dentre as principais lideranças operárias no cenário operário amazonense da República Velha, destacaram-se “o socialista espanhol José Azpilicueta, o anarquista português Tercio Miranda e o reformista italiano Targino Mariani que, por quase trinta anos ficou à frente do movimento dos estivadores amazonenses”.¹¹

Seja como for, já em fins do século XIX, a cidade de Manaus viu florescer entre os trabalhadores – timidamente, é verdade! – um ideário ainda difuso de crítica social, em que militavam reformistas, socialistas e anarquistas, desde cedo, procurando dar vazão às suas convicções políticas, no enfrentamento das tensões e lutas que começavam a se esboçar no cenário local. Mesmo antes das primeiras grandes manifestações de trabalhadores ocorrerem em Manaus, esforços organizativos ligados ao ideário socialista vigente já se faziam notar através da montagem dos jornais operários, da criação de agremiações sindicais e até mesmo através da criação, em 1892, de um partido político voltado para a coordenação da luta dos trabalhadores. A riqueza desse ideário e dessas ações nos reporta à necessidade de enfrentar mais decididamente, mesmo que em caráter inicial e abrangente, a imprensa de trabalhadores produzida no Amazonas, ainda em fins do século XIX.

Os primeiros jornais de trabalhadores do Amazonas foram assinados por caixeiros e gráficos, também eles pioneiros no processo associativo no Estado. Parece se repetir no Amazonas um fenômeno mais geral na formação da classe operária brasileira, onde

os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos desde o século XIX, foram os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício. Tipógrafos, alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros, padeiros, estavam à frente da mobilização operária de Belém a Porto Alegre.¹²

Essa característica parece ter acompanhado quase que integralmente os quinze títulos da imprensa operária que localizamos entre o período que vai de 1891 a 1928.¹³ Como lembra Maria de Nazareth Ferreira, o que os identifica como imprensa operária não é só o fato de ser constituída por jornais produzidos pelos próprios trabalhadores, mas também por periódicos que se destinam aos trabalhadores e/ou são difundidos em seu nome, uma vez que também estes

“abordam uma temática operária e expressam, de uma maneira ou de outra as reivindicações do operariado”.¹⁴

No conjunto, trata-se de uma produção numericamente pequena, dispersa e descontínua, em que a maior parte dos títulos não vai além dos números iniciais. Embora suas dimensões quantitativas não sejam expressivas, sua importância para a recuperação da trajetória da classe trabalhadora em seu processo formativo é por demais significativa. É exatamente essa dimensão que é ressaltada por Foot Hardman, ao argumentar que “a imprensa operária, em particular, destaca-se por sua função articuladora de interesses históricos de classe, como fator de agitação e propaganda, na tentativa de aglutinar elementos de uma consciência operária comum”.¹⁵ Esses periódicos permitem resgatar um pouco do processo associativo, das expectativas e incertezas que os trabalhadores amazonenses vivenciavam, além de permite perceber como acompanhavam a movimentação dos trabalhadores de outros Estados do Brasil e mesmo de outros países. Em suas páginas há ainda referências que nos permitem perceber um dos caminhos trilhados na criação e consolidação de um circuito de informação que muito colaborou para a articulação da classe operária numa dimensão supralocal. Trata-se de reconhecer que desde cedo, a imprensa operária amazonense, se viu articulada à rede de troca de periódicos, por onde fluíam também as múltiplas experiências dos trabalhadores:

Recebemos os seguintes jornais:

“*O Purus*”, da Lábrea, no interior do Estado; o “*Humaythaense*”, de Humaythá, idem. Do Pará, “*Tribuna Operária*”, “*Democrata*”, “*O Pimpão*” e “*Gazeta Postal*”. Do Maranhão: “*O Artista Caxiense*”, “*O Nacional*” e “*Comércio de Caxias*”. Do Piauí, “*O Democrata*”. De Fortaleza: “*Libertados*”, “*O Norte*”, “*O Operário*”, “*O Bentivi*”, “*Estado do Ceará*”, “*A República*” e o “*Cruzeiro*”, de Baturité. Do Rio Grande do Norte: “*O Povo*” e “*A República*”. Da Bahia: “*O Guarany*” e “*Pequeno Jornal*”. De Campos: “*Monitor Campista*” e “*Brazil Philatelico*”. De São Paulo: “*A Verdade*” e “*Luz*” e, da Capital Federal: “*L’Etoile du Sul*”.¹⁶

Um exemplo da atuação dessa rede de jornais operários aparece no *Gutenberg*, de 1º de julho de 1892, quando o jornal informava aos leitores do Amazonas a criação de um partido operário em Maceió e parabenizava a iniciativa dos trabalhadores daquele estado. Dizia a nota:

PARTIDO OPERÁRIO

Da “*Troça*” de Maceió” de 30 de maio transcrevemos o seguinte: Hontem a tarde como estava anunciado nos jornais da capital, teve lugar na casa de residência do cidadão artista: Canuto Passos, a rua do Queimado, em Jaraguá, a

organização do Partido Operário Alagoano, comparecendo a instalação cidadãos de diversas classes. [.....]

Desejamos que o partido operário seja uma realidade e constitua mais tarde um dos mais sustentáculos dos direitos e interesses da classe artística alagoana.

Nossas felicitações.

Também enviamos nossas felicitações ao mesmo partido e que não se canse em trabalhar em prol da mesma causa para o futuro dos obreiros do trabalho e da pátria.¹⁷

O aparecimento dos primeiros jornais operários no Amazonas tem início no final do século XIX e se estende com mais vigor pelas primeiras décadas do século XX, guardando assim uma relação direta com o idêntico avanço da imprensa no Amazonas, responsável pela proliferação de tipografias na capital, além de concentrar números expressivos de trabalhadores gráficos que mais tarde irão, eles próprios, se lançar à feitura de seus próprios jornais.

Como em muitos locais do país, a introdução dos jornais operários no cenário amazonense está associada, em grande medida, à atuação dos trabalhadores gráficos, cuja presença decorria diretamente do florescimento da imprensa e da indústria tipográfica desde o final do século XIX. Com efeito, Maria Nazareth Ferreira lembra que

toda a extraordinária movimentação que se desenvolveu no seio do operariado brasileiro do final do século passado até as duas primeiras décadas do atual, foi marcada pela presença do operário gráfico. Justamente por ser essa categoria profissional a vanguarda da organização operária no mundo todo, no Brasil não seria diferente.¹⁸

Iluminando o cenário amazonense, Foot Hardman e Victor Leonardi seguem na mesma direção, argumentando que “os gráficos teriam, assim, tanto em Manaus como em todos os centros, maiores ou menores, pelas próprias características de seu ofício, um papel pioneiro na aglutinação da vanguarda operária, através da imprensa classista e do sindicalismo combativo”.¹⁹ Dos quinze jornais operários mapeados, cinco deles *Gutenberg (1891-1892)*, *Operário (1892)*, “*Recordação(1911)*”, *A Luta Social(1914)*, *A União(1914)* e *o Primeiro de Maio(1928)* foram produzidos por trabalhadores gráficos. Cabe salientar que os gráficos traziam um diferencial importante frente ao conjunto da classe operária amazonense do período, uma vez que, como os caixeiros, constituíam um pequeno número de trabalhadores alfabetizados no interior do imenso universo iletrado da classe operária. Exigência da profissão, o controle normativo da leitura e da escrita, punha-os em contato permanente com as mais variadas expressões do pensamento e com a discussão política, intimamente associadas à vida jornalística.

Por outro lado, é difícil negar aos gráficos uma condição proletária, embora possamos reconhecer que seus salários não fossem tão baixos nem sua vivência tão precária como a maioria dos trabalhadores urbanos.²⁰ Todavia, essa distinção parece não ter ido tão longe a ponto de igualar os gráficos aos segmentos médios urbanos, de onde vinham, *grosso modo*, os demais profissionais da imprensa, nem de impedir que, no seu interior, se forjasse uma inequívoca identificação com a classe operária. Em 1914, a situação dos gráficos amazonenses descrita pelo jornal *A Lucta Social*²¹ não deixa dúvidas quanto a uma vivência conflituosa e, até certo ponto, dramática:

Há já bastante dias os operários gráficos de “*O Tempo*”, diariamente publicado nesta cidade, se declararam em greve pacífica. Segundo fomos informados a falta de pagamento aos operários, motivou o levante. Havia cinco semanas que os escravos d’aquelle orgam não tinham o prazer de contemplar o gorro frigio d’um nikel. O padeiro à porta, o proprietário, amável como sempre, ameaçava com despejo; a carne a 1500 e 1700; (ainda dizem que há crise) o merceeiro suspendera o crédito, o calçado gasto, e... enfim pelo esophago só passava (às vezes) um café, água quente em direcção do estomago – é singular. Como sanar esse mal?... Era quase impossível. O caso é que os gráficos d’“*O tempo*” já não podiam resistir a Sra. miséria...²²

Na avaliação de Nelson Werneck Sodré, a distinção entre os gráficos e os jornalistas tornava “inevitável e coerente” que logo cedo os gráficos passassem a exprimir suas demandas, insatisfações e anseios nos espaços tradicionais de sua atuação profissional.²³ Seja como for, além da alfabetização, o domínio da técnica e o acesso direto a máquinas e equipamentos tipográficos foram elementos facilitadores da produção de jornais pela categoria.

Alguns jornais operários amazonenses foram produzidos em oficinas gráficas dos grandes jornais, muitas vezes com permissão dos proprietários. No entanto o mais frequente foi a produção dos jornais operários nas tipografias das próprias agremiações sindicais mais organizadas. Tanto o *Gutenberg* quanto seu sucessor, *O Operário*, saíram das oficinas da Associação dos Artistas Gráficos, então em processo de formação e cuja redação e oficina funcionaram na Praça 5 de Setembro, no centro da cidade. Infelizmente, a estrutura interna, a qualidade e a quantidade dos instrumentos e das máquinas empregadas nessas tipografias não são informadas nem pelos jornais, nem pela documentação de época. Os dois jornais apresentam um *layout* e uma configuração simples, com quatro páginas de três colunas, onde não se percebe a presença de grandes artifícios gráficos, como charges ou fotografias. Isso nos leva a pensar na possibilidade de sua elaboração ter ocorrido em meio a condições técnicas quase artesanais,

dispensando a sofisticação das modernas máquinas de linotipo que nesta época já haviam chegado a Manaus. Por outro lado, a tiragem anunciada nos dois jornais, de 1.500 exemplares, não é modesta, principalmente para os padrões populacionais locais.²⁴

A novidade principal dos jornais operários, no entanto, não estava na técnica, mas no conteúdo por eles veiculado. De suas páginas, emergiam temas e questões que foram tratados de uma maneira extremamente diferenciada do formalismo e do refinamento estilístico pretendido pelos jornalistas locais. O conteúdo político, por vezes acentuadamente panfletário das matérias; a crítica lancinante do mundo social; o tom acentuado de denúncia e o pragmatismo das propostas apresentadas foram a tônica dessas publicações. Como salientou Maria Nazareth Ferreira, o valor da imprensa operária

como documento vivo desse período é incontestável porque é, acima de tudo, informativo e foi o resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico. As condições em que apareceu e se desenvolveu a imprensa operária estão contidas nela mesma, ao lado das condições em que se desenrolava esse período da história do trabalhador brasileiro. Por isso mesmo, seu valor é inegável sob o ponto de vista histórico, pela quantidade e qualidade das informações que revela ao pesquisador.²⁵

Assim configurados, as páginas dos jornais operários constituem uma das fontes mais importantes para se chegar a dimensões do viver urbano ainda hoje pouco exploradas. A lenta formação da classe trabalhadora, enriquecida pelas experiências dos migrantes nordestinos, os dilemas quanto ao seu “adestramento” frente a uma lógica de acumulação até então inexistente na região, o quadro dramático das condições de vida e trabalho da população marginalizada, suas expectativas, suas organizações políticas e sindicais e também seus protestos, são temas que ganham amplitude e visibilidade no interior desses periódicos, possibilitando uma revisão integral das imagens tradicionalmente saudosistas do período da borracha produzidas por memorialistas e por historiadores mais tradicionais.

Suas páginas desnudam as contradições mais profundas e denunciam a artificialidade de construções discursivas que buscaram idealizar a cidade como exemplo de progresso e civilização nos trópicos. Assim é que, numa época em que quase todos os grandes jornais não paravam de exaltar a modernidade, a prosperidade e dinamismo da economia regional, o *Gutenberg* se constituía em voz dissonante:

A nossa atuação é a mais desesperada possível, o câmbio cada vez mais baixo e entretanto o governo que se diz

representar a opinião pública e pela qual diz estar apoiado, faz-se cego e surdo aos gritos aflitivos do povo que se debate com a mais ameaçadora das misérias: a fome. Não há gênero algum, mesmo os que são de produção do país que não tenham triplicado de valor; o arroz, o açúcar, o café, tudo enfim, é vendido por um preço tal que em breve será impossível a população menos abastada suprir-se dos alimentos indispensáveis a vida. Diante de tanta miséria, qual é a atitude desse governo tão forte e cheio de prestígio? Nenhuma que nos conste.²⁶

O *Gutenberg* trazia em seu bojo outro diferencial para o periodismo local ao enfatizar seu compromisso com os trabalhadores. De acordo com Sodré, já era possível reconhecer no interior da imprensa brasileira uma “incipiente divisão do trabalho” e que desde o último quartel do século XIX, abriu-se o fosso que distinguia os donos dos jornais e seus interesses dos interesses dos jornalistas (o “pessoal da redação”), ao mesmo tempo em que, estes se distanciavam dos gráficos considerados “os assalariados puros, os proletários” de fato, dentre os profissionais da imprensa.²⁷

Foi, sobretudo, desse ponto de vista, do ponto de vista de uma condição eminentemente proletária, que os gráficos do Amazonas, animadores tanto do *Gutenberg* (1891-1892) e do *Operário* (1892), quanto do *A Luta Social* (1914), se apresentavam na arena jornalística amazonense.

Somos Operários

Não somos eruditos nem somos herodotos; não frequentamos Universidades ou Academias para adquirir um papel pelo qual se nos autorizasse a viver sem trabalhar. Os nossos pais não eram burgueses nem mandões, por isso quem pensar encontrar nessas colunas linitivo ao espírito ocioso que produz o riso do burguês engana-se. A nossa escola é outra: somos operários...²⁸

Este nível de conscientização, de auto identificação e de pertencimento à classe operária, apresentado em 1914 pelos editores do *A Luta Social*, sem dúvida denota o amadurecimento político dos gráficos amazonenses. Por outro lado, embora de forma não tanto doutrinária, essa mesma identidade operária também aparece nos gráficos animadores do *Gutenberg*, seja quando defendiam a urgência do processo associativo (propondo inclusive a criação de um partido operário), seja quando denunciavam o descaso do poder público frente às demandas mais corriqueiras dos trabalhadores:

À Intendência Municipal

Sabeis perfeitamente que os redactores deste periódico são

typographos, e deveis saber também, que o nosso trabalho quase sempre se prolonga até a noite. Pois bem: pedimo-vos encarecidamente que façais com que o encarregado ou contractante da limpeza das ruas, lance suas vistas para a travessa 9 de Novembro, pois, sendo pequena como é, parece que já cahio no esquecimento do mencionado empregado.²⁹

Neste artigo, nosso olhar incidirá sobre os jornais *O Restaurador* (1890), *O Imparcial* (1890), *O Gutemberg* (1891-1892) e o *Operário* (1892). Efêmeros, todos eles publicaram poucos números e, dentre esses poucos, somente alguns chegaram aos dias de hoje. A trajetória deles é, entretanto, extremamente rica e sua inserção no seio da classe trabalhadora permite perceber e refletir imagens da sociedade amazonense muito pouco evocada pelos outros órgãos de imprensa do período.

Se ainda são raras as informações sobre essa imprensa amazonense de trabalhadores, mais difícil ainda tem sido obter informações sobre seus idealizadores e animadores. Quando muito, o expediente dos jornais nos permite saber alguns de seus nomes e como atuavam no interior daquelas folhas (proprietários, diretores ou redatores). Mais ainda: no interior de suas páginas, aparecem muitas matérias e colunas, onde os escritores recorrem ao anonimato, por vezes usando iniciais ou pseudônimos. Por tudo isso, as informações sobre suas existências geralmente são fragmentárias ou mesmo inexistentes. Com efeito, parecem participar daquele grupo especial de pessoas que Eric Hobsbawm chamou de *extraordinárias*, exatamente porque a riqueza de suas ações conflitava com o manto de silêncio que sobre eles recaia. Para o autor, são pessoas “cujos nomes são usualmente desconhecidos de todos exceto de sua família, seus vizinhos e, nos Estados modernos, as repartições que registram nascimentos, casamentos e mortes”.³⁰

O aparecimento do primeiro jornal operário no Amazonas deu-se com *O Restaurador*, publicado em 22 de junho de 1890, trazendo em seu subtítulo a identificação de ser “órgão da classe caixeiral”, sendo assinado pelos redatores J. H. de Souza e A. J. Ferreira da Silva.³¹

Em seu primeiro número, *O Restaurador* informava estar defendendo uma classe que vivia acorrentada ao balcão como “Prometheu no penhasco do Caucaso” e que não queria “mais nada além da liberdade” de sua classe para sair do “obscurantismo que a ganancia d’um patrão inclemente o retrogrado” os havia condenado. Em outra coluna, com o título de “O nosso Programa”, informava serem seus membros “completamente alheios às odes políticas”, embora seu título e o momento em que veio à tona levante a suspeita de uma velada simpatia pelo regime monárquico. Como é sabido, logo após a queda da Monarquia, muitos intelectuais e políticos mantiveram-se fiéis ao regime monárquico, dando vazão um movimento restaurador que se manteve vigoroso e incômodo até a primeira década do século XX.³²

Em artigo intitulado “À Classe Caixeiral”, comunicavam aos seus pares a petição encaminhada a Intendência Municipal pelo Governador do Estado, referente à reivindicação que protocolaram. O periódico não deixa claro sobre o que era solicitado no documento, embora fique a suspeita de que tal reivindicação versava sobre o descanso dominical. Em outro artigo denunciavam que:

O operário passa a semana de martelo em punho e no domingo esquiva-se as fadigas anteriores, porque o dia em que Deus descansou é d'elle também, e o chefe da officina não lhe ordene que trabalhe.

Não lhe ordene que trababalhe porque o domingo foi sempre consagrado ao repouso d'aquelles que, durante a semana, vivem luctando para acudir ás necessidades vitaes.

Todas as classes têm o domingo para descanso, só a caixeiral faz exceção.

Nós queremos excluir esta exceção, erguer ao nível d'outras classes a caixeiral, transportal-a ao mundo social e fazel-a prosperar na evolução progressista do nosso século.

Ser-nos-ha difficil alcançar o que desejamos; no entanto lutaremos.³³

O que mais chama atenção no pleito trazido pelo *Restaurador* é a simultaneidade com as lutas que a categoria estava entabulando aqui com as que vinham ocorrendo em outros estados brasileiros, pois como informa Fabiane Popinigis – ao comentar idêntica demanda publicada pelo jornal paulista *O Caixeiro*, em 1899 – estava em “plena efervescência a campanha pelo chamado ‘fechamento das portas’”.³⁴ O próprio jornal fazia referência à essa luta nacional ao dizer: “estamos quase convictos de que a honrada corporação, cujos sentimentos de rectidão e justiça ninguém poderá por em dúvida, saberá imitar o exemplo da sua congênere no Pará e outros estados do Sul”.³⁵

Igualmente digno de nota é o tom interclassista e conciliador assumido pelo jornal, presente seja quando, evitando o conflito e a ação direta, recorre à mediação das autoridades, seja ainda quando busca “sustentar e defender de uma parte os direitos da classe caixeiral e de outra harmonizar os interesses dos patrões de forma que tudo se resolva de modo justo”.

O segundo jornal de trabalhadores a sair na arena jornalística amazonense foi *O Imparcial*³⁶, também animado por integrantes da classe caixeiral.³⁷ Na verdade, *O Imparcial*, vindo à luz em 3 de agosto de 1890, se apresentava como substituto d'*O Restaurador*, que deixara de circular em 27 de julho de 1890, quando da publicação de seu sexto número. O novo jornal também mantém os mesmos redatores do anterior, embora traga uma mudança significativa em seu subtítulo. Enquanto *O Restaurador* apresentava-se como “Órgão da Classe

Caixeiral”, *O Imparcial* identificava-se como “Órgão da Associação Comércio e Indústria”. Assim, no artigo de apresentação, informava aos leitores que vinha em substituição ao *O Restaurador* e que além de continuar lutando pelos interesses dos empregados do comércio se propunha agora também a “pugnar pelos direitos das diversas classes de que a Associação Commercial e Industria constitui”. Pela leitura de suas páginas fica clara a adesão e mesmo o reforço ao ideal da colaboração entre patrões e empregados, reforçando a ideia de um tradicional vínculo dos caixeiros com o reformismo. Tanto é assim que, ao analisar um dos principais jornais cariocas que difundiam discursos pugnados pelos caixeiros, Fabiane Popinigis reconhece que “A orientação da abordagem de *O Paiz* era a conciliação de interesses das partes e a construção, pacífica e ordeira, de um contrato consensual entre elas. Apoiava-se a causa caixeiral, mas se procurava evitar confrontações classistas”.³⁸

O terceiro periódico operário publicado no Amazonas foi o *Gutenberg*, produzido por gráficos manauaras. Seu primeiro número saiu em 15 de novembro de 1891, coincidindo com o segundo aniversário da República, enquanto o último número de que se tem referência, o 25, data de 1º de julho de 1892. Infelizmente, como foi comum acontecer com diversos títulos operários, poucos números do *Gutenberg* foram preservados. Além do primeiro, somente o de nº 19, de 1º de maio de 1892, e o 25, de 1º de julho de 1892 sobreviveram nos arquivos manauaras. Um olhar atento à sequência de saída indicada nos três números compulsados revela que o jornal nem sempre manteve a periodicidade semanal anunciada.

O lançamento do jornal no dia comemorativo à República não foi, certamente, fruto da coincidência ou do acaso, antes ação deliberada, deixando evidente a simpatia pelo novo regime. Com efeito, foi prática corrente no periodismo, programar o lançamento de jornais para as datas especiais que, de alguma forma, estabeleciam vínculos com o conteúdo político que se queria difundir. Arthur Reis narrou episódio ilustrativo dessa prática, ao informar que, em meados de 1889, membros do recém-criado “Clube Republicano do Amazonas” decidiram imprimir um *Boletim* com propaganda republicana para marcar oficialmente a instalação do Clube, e a data escolhida (4 de julho) coincidia com a da chegada do Conde d’Eu a Manaus. Informada do plano, diz o autor, a polícia prendeu, na véspera, os manifestantes, barrando assim a saída do *Boletim*, que já estava impresso. Este, todavia, teve um de seus exemplares entregue ao Conde.³⁹

Os riscos de se preparar um jornal para lançá-lo em evento determinado era enorme, principalmente quando se pretendia surpreender o leitor com uma matéria “fresca”, produzida em cima do acontecimento. Ninguém menos que Raul de Azevedo vivenciou em Manaus uma experiência desse tipo, desta vez relatada por Agnello Bittencourt:

Convém realçar esse procedimento das almas nobres, hoje raro, reportando-nos a um episódio de antanho com o qual se concretizou a renúncia de Fileto Pires Ferreira, alijando-o do governo para o qual fora eleito. Fileto que se achava fora do Estado, uma vez em Belém, sabedor do que se passava em Manaus freta um navio para imediatamente regressar. No meio da viagem é cientificado de que Manaus estava em pé de guerra e ali não desembarcaria. O cabo telegráfico subfluvial estava interrompido, no momento. Sabe-se naquela que o navio em que viajava S. Excia. partira para aportar em dia certo, pela manhã. Com receio da aventura, volta a Belém, enquanto que na outra capital, de nada se informa. Raul de Azevedo, Redator-Chefe do “Rio Negro”, órgão do seu Partido e do governo alijado, prepara um número especial para a recepção em “hora-certa”. Nesse número, havia um noticiário bombástico em que se avisava haver S. Excia. chegado e que girândolas de foguetes estrugiram nos ares, o povo se apinhava no litoral dando vivas a S. Excia. e que o Sr. Dr. F. proferiu um empolgante e comovido discurso de agradecimento, bem assim que o Coronel Ramalho Júnior ainda no Poder, fugiu com seus amigos. O “Rio Negro” já havia sido distribuído pela madrugada e pela manhã do “dia certo”. Corre o dia todo e nada de S. Excia. Somente à noite é que realmente Manaus foi informada, pela chegada de outra embarcação, do que acontecera. A antecipação do noticiário do órgão oficioso foi um grande “tableau”; gargalhadas se davam na cidade. E Raul de Azevedo, vexadíssimo, teria de conjecturar uma explicação. E achou-a, dizendo, no dia seguinte, em outro jornal, que tudo resultou de um erro dos revisores (como esses auxiliares da imprensa têm as costas largas...); que todos os verbos do noticiário estavam no futuro e que eles, por um descuido, passaram-no para o pretérito perfeito... Esse “dia certo” foi fatídico por ser o último para aquele jornal e para o Partido de Raul. Foi o “canto de cisne” de uma situação do “consumatum est”, da qual Campos Salles, então Presidente da República não quiz tomar conhecimento. Esta explicação de um fato escandaloso e deprimente para o Amazonas parece uma pertinência pueril, no meio de uma biografia. Passou para a História e da geração atual, pouca gente a conhece.⁴⁰

No *Gutenberg* o governo republicano é saudado em coluna de primeira página, onde se sustentava que

O dia de hoje, devéras, não passará despercebido para os populares de 1889, aqueles que, prazenteiros o abrilhantavam de palmas e de risos pomposamente festivaes. A redação d' este periódico, vivamente de júbilo, comemora e assignala a proeminente data do 2º aniversário da República brasileira.⁴¹

Ao longo de todo o período, o *Gutenberg* manteve o mesmo layout (41 x 29 cm), com quatro páginas de três colunas. Ao contrário do que ocorreu com o primeiro número, integralmente destinado à veiculação de artigos, notícias, poemas e folhetins, nos números 19 e 25, a quarta página é dedicada a propagandas e anúncios diversos: sapatarias, lojas de roupas, funilarias, etc.

A vinculação ideológica do *Gutenberg* parece traduzir um republicanismo que se funde com difusas tradições socialistas e reformistas. A principal dificuldade de enquadramento ideológico desse jornal parece estar associada ao contexto histórico do desenvolvimento da classe operária no Brasil, marcado, no dizer de Hardman e Leonardi, por “um referencial teórico eclético reinante nesta fase do movimento operário brasileiro; o que levava seus militantes a realizar, muitas vezes, ações contraditórias com seu ideário classista”.⁴²

Todos os exemplares encontrados traziam em destaque o dístico “Um por todos, todos por um!”, retirado do mais importante romance de Alexandre Dumas e sabidamente de larga repercussão no movimento operário e em seus jornais. Anos depois, o mesmo lema se fez presente, por exemplo, no jornal carioca *O Jacobino* (1894) e no paulista *O Socialista* (1896). Neste último, o dístico de Dumas fundia-se ao de Marx e Engels: “Proletários de todos os países uni-vos! Um por todos, todos por um!”.⁴³

Parece-nos relevante também destacar o fato do *Gutenberg* ter sido um pioneiro na divulgação do *Primeiro de Maio* como data de reivindicações e de luta dos trabalhadores, reverberando deliberação do Congresso da Segunda Internacional, ocorrido dois anos antes (1889), em Paris. Como mencionado, um dos três exemplares preservados, o de nº 19, saiu precisamente em 1º de maio de 1892, propondo discutir o significado da data, enquanto projetava como irreversível o avanço da classe operária na direção “de sua emancipação”.

Salve aurora do dia 1º de maio

Mal desponta no horizonte as horas desse grande dia, o Universo enche-se de hymnos festivos saldando a natureza cheia das canções das aves e do odor das flôres que enfeitam a natureza nesse mêz privilegiado.

O operário ao levantar-se entoa uma canção ao Omnipotente e parte a procura desse hymno festivo do alvorecer da natureza a fim de conduzir o gorgueio das aves matutinas com a alegria de seu coração e com o grito de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que ha tantos anos ouve

pronunciar, mas que não passa de simples sussurar da briza que depressa desaparece, ficando sempre a realidade na sua fria nudez enganadora.

Mas, hoje que o operário já não curva a servil diante desses fementidos prometedores de liberdades, o seu sonho já não é uma chimera, é realidade pura e não tardará muito quem seu brado repercutido por todo o Globo venha a transformar as sociedades modernas, implentando na terra de Santa Cruz, a verdadeira Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Coragem irmãos o primeiro dia da nossa emancipação não tardará, mostremos aos vindouros que no mundo todos somos iguais, ou que se maior somma de direitos cabe à alguém esses são os que no estudo e no trabalho procuram o aperfeiçoamento da raça humana para attingir o mais alto gráo de perfectibilidade. Salve 1º de maio.⁴⁴

De acordo com seus redatores – Alves Medeiros, Izidoro Vieira, V. Galvão, R. Vasconcellos e Antônio Leão –, o jornal era produzido em tipografia própria, localizada no centro da cidade e ofertava suas páginas para que os artistas gráficos ali pudessem, gratuitamente, “defender seus direitos políticos e sociais”. Da mesma forma, o jornal era distribuído gratuitamente para os gráficos, enquanto para o restante da população local, a venda se fazia ao custo de 60 réis o exemplar. O jornal anunciava como pontos de venda a “Tabacaria 22, no mercado público” e “todos os círculos da cidade”. Com uma tiragem de 1.000 exemplares e não aceitando assinaturas, era de se esperar que tivesse alguns problemas de distribuição, razão pela qual finalizam o primeiro número com o seguinte anúncio: “precisa-se de vendedores para este jornal”.⁴⁵

Todas essas proposições vão ao encontro do editorial de apresentação do jornal que esclarece ser o *Gutenberg* “de exclusiva propriedade de uma associação artística tygraphica (sic), orgam defensor das nossas causas”.⁴⁶

A vinculação do jornal como suporte para a ação política não só dos gráficos amazonenses, mas também de todos os operários locais se explicita ao longo de todo o jornal. As referências são inúmeras, desde as mais sutis, até as mais explícitas. No primeiro caso, cabe registrar o comentário feito por um dos redatores (provavelmente Antônio Leão), ao analisar a participação de uma trupe teatral que havia se apresentado na semana anterior à saída do primeiro número. Nessa ocasião, lembrava ter encontrado, no salão externo do teatro, seus colegas

R. Vasconcellos, I. Vieira e F. Medeiros que estavam pregados numa daquelas banquinhas...; discutiam sobre o imposto em ouro, sobre o congresso e a criação de um club typographico e, finalmente, como remate a tudo isso, estavam bebendo bons copos da fria cerveja.⁴⁷

De forma mais explícita, o *Gutenberg* discutiria este assunto em artigo intitulado “Movimento Typográfico”. Na verdade, esta era apenas a primeira matéria de uma série prevista para figurar em coluna fixa no jornal, sob o nome de “Movimento Operário”. O autor do artigo é designado responsável pela coluna (ele mesmo esclarece ter sido “escolhido pelos meus colegas para desempenhar a espinhosa tarefa dessa secção...”) parte de uma interessante comparação entre o número de gráficos existentes em São Paulo e Manaus – “em São Paulo, por exemplo, onde os typographos em mui diminuto número, isto inferior a nós aqui no Amazonas tem sabido elevar a classe a tal ponto de se fazer representar nos grandes movimentos populares” – para propor, sem rodeios, o início do processo associativo da categoria:

Assim também, colegas do Amazonas, unamo-nos, que não estará talvez, muito longe o dia em que sahindo do obscurantismo em que vivemos, diser ao mundo inteiro: – “Nós, os Typographos, aqui do Amazonas, somos grandes também, temos a nossa associação, vivemos uns para os outros e, assim unidos podemos apparecer no meio da grande e humanitária sociedade amazonense”!

Faço portanto um appello nestas columnas aos meus dedicados colegas, para comparecerem a uma reunião, que brevemente será communicada.

No dia da reunião pede-se o comparecimento de todos.⁴⁸

Organizar a categoria dos tipógrafos não era o único objetivo do *Gutenberg*, que, desde o primeiro número, acalentava empreender um processo de intervenção política mais audacioso: organizar o operariado amazonense e criar mecanismo de atuação política, inclusive parlamentar, através da criação de um partido operário, nacionalmente articulado.⁴⁹ É possível acreditar que as proposições lançadas no primeiro número do *Gutenberg* tenham surtido alguns dos efeitos práticos desejados por seus idealizadores, muito embora seja difícil avaliar sua extensão.

De qualquer modo, os números seguintes, trazem informações importantes que demonstram que não só a criação de uma associação de tipógrafos foi estruturada no Estado, como também foi concretizada a montagem de um partido operário no Amazonas. Essa novidade já está presente no nº 19, que já traz o subtítulo modificado para “Órgão do Partido Operário”. Trazendo a notícia da criação do partido no Amazonas, o *Gutenberg* comenta também a emergência dos partidos congêneres em outros estados, como o *Partido Operário do Pará*, tido como de destacada atuação.⁵⁰ Embora não haja informação explícita nos poucos números do *Gutenberg*, é possível que o *Partido Operário do Amazonas* também mantivesse algum vínculo com o *Partido Operário Socialista Brasileiro*, fundado em 1891, ao qual estava filiado o paraense.

Com efeito, a posição dos redatores do *Gutenberg* era no sentido de defender que o movimento associativo e partidário dos operários amazonenses deveria ser articulado com as manifestações operárias nacionais e, talvez por esta razão, o jornal tenha se mostrado atento a tudo que estava ocorrendo na capital da República e no resto do país, dando destaque para os temas que diziam respeito aos interesses dos trabalhadores. Ao assim proceder revelavam a existência de contatos frequentes dos editores com o movimento operário de diversos Estados, como o Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Como já mencionado, estes contatos eram mantidos, muitas vezes, através da permuta dos periódicos oficiais dos partidos ou de outras agremiações operárias.

Para os editores do *Gutenberg*, o Amazonas estava, na verdade, atrasado nessa arrancada política:

Em todos os Estados adeantados da União brasileira está creado e solidamente firmado o Partido Operário.

Entre nós, somente o único Estado onde faltava ser organizada essa agremiação de artistas que procuram fazer valer a sua independência e a sua liberdade acaba de ficar definitivamente creado e prompto, por conseguinte, a trabalhar em prol d'aquilo que o verdadeiro artista sempre, acima de tudo, deve procurar: – a sua independência.

Acaba o Partido Operário do Amazonas de entrar no caminho do progresso e da prosperidade, ajudando, estamos convictos disto, por todos os artistas e operários, sem distincção de classe e nacionalidades, tendo todos em mira o engrandecimento do mesmo partido.⁵¹

A composição dos cargos do partido aparece no nº 25, quando se vê que alguns dos cargos foram preenchidos a partir do antigo corpo redacional do próprio jornal. A presidência coube a Joaquim Carvalho, a vice-presidência, a João Diniz Gonçalves Pinto; a 1ª secretaria ficou a cargo de Raymundo Pinto de Vasconcellos e a 2ª secretaria com Izidoro Vieira, ambos antigos redatores do *Gutenberg*. Como tesoureiro, aparece o nome de José Gonçalves Dias e como orador, Marcelino da Exaltação Fernandes (novo redator do *Gutenberg*). O Conselho de Diretores estava composto por: J. A. de Figueiredo Castro, Gervacio J. dos Reis, Joaquim Pinto dos Santos, Vicente de Paula Galvão, Antonio Leão e Francisco Alves de Medeiros, estes três últimos também redatores do *Gutenberg*.

A historiografia brasileira tem situado, nos primeiros anos da República, o surgimento dos partidos operários no país. Ao descrever as “expressões regionais” do movimento operário brasileiro, Hardman e Leonardi, dedicaram algumas poucas páginas ao Amazonas, quando então registraram a presença do

jornal *Operário* –sucessor do *Gutenberg* – enfatizando que este, provavelmente, estaria “ligado ao surto de pequenos partidos socialdemocratas nascidos nos primeiros anos da República”.⁵² Já para Ângela de Castro Gomes, a opção pela criação de partidos operários nesse período decorreu “de uma análise política que detectava uma certa congruência entre as questões do trabalho e as da República, o que permitia e aconselhava a eleição de uma estratégia de luta centrada num instrumento político por excelência”.⁵³

Por sua vez, as análises propostas por Vicente Salles para o entendimento da criação do Partido Operário no Pará nos levam a pensar que tal realização, menos que exclusivamente influenciada pela abertura política propiciada (ou sugerida) pelo novo sistema de governo (a República), estava também vinculada às deliberações e ao propagandismo gerado pela *Segunda Internacional*, que atraiu a atenção e a simpatia de alguns intelectuais paraenses, como Bento Aranha, posteriormente transferido para o Amazonas.⁵⁴

Sob o peso dessa dupla influência, portanto, o Partido Operário paraense, explicitamente passou a “pugnar pelos princípios consignados na constituição republicana do país e dos Estados, ao lado dos direitos e interesses da classe operária”.⁵⁵ Seguindo a mesma linha, o *Gutenberg* também se anunciava como republicano, embora isso não significasse um apoio direto e perene ao governo. Em suas páginas, a República era recuperada como uma obra em construção, como um arranjo político “moderno” capaz de reproduzir os efeitos positivos de sua matriz francesa. Daí por que é apenas neste sentido mais específico que a nova ordem republicana é exaltada e saudada, como se fez no primeiro número.

Em que pese o vigor atual de argumentos contrários, é preciso reconhecer que o discurso republicano logrou penetração no ideário popular, que passou a associá-lo ao ideal de liberdade. Trata-se, sobretudo, de reconhecer, que “o republicanismo não foi um movimento restrito às elites ou tão-somente contido nos projetos e discursos dos núcleos reduzidos de militantes socialistas”.⁵⁶

Um exemplo da vinculação do *Gutenberg* com o discurso republicano estaria na defesa insistente da instrução pública, que deveria ser laica, ficando, portanto, a cargo do estado. O jornal publicava artigos que vão nessa direção, enfatizando não só a importância que deveria merecer a instrução do cidadão por parte do poder público; mas também defendendo ações concretas para combater o analfabetismo, apontado como um dos responsáveis pelo atraso do país e pela situação dramática da classe trabalhadora. Instruída, esta poderia agir em prol da sua emancipação, favorecendo ainda o progresso nacional. Foi neste sentido também que o jornal deu ênfase à decisão do Partido Operário de criar no Amazonas uma escola noturna, que funcionasse diariamente no centro da cidade, e que fosse gratuita e sem “distinção de classe ou política”.⁵⁷

Quanto à saída de cena do *Gutenberg*, parece estar associada ao contexto da crise política do governo Deodoro e suas implicações no âmbito estadual. No primeiro número, o jornal se mostrou simpático para com a atuação política

de Taumaturgo Azevedo no governo do estado, chegando a enviar-lhe uma saudação especial pela libertação de todos os praças que estavam presos no Quartel e os “detentos correccionalmente da cadeia pública”, gesto adotado como homenagem ao dia da República, que, segundo o jornal, “simboliza a realização de um ideal, da patria brasileira, conquistado na lucta incruenta de 15 de novembro de 1889”. Essa postura do *Gutenberg* sugere um distanciamento político do jornal com os mais fortes grupos oligárquicos locais, avessos ao governo de Taumaturgo.

Com efeito, a eleição de Taumaturgo Azevedo pela Assembleia Constituinte, em 27 de junho de 1891, havia sido resultado de uma imposição dos setores militares, desagradando as oligarquias locais, que defendiam o nome de Eduardo Ribeiro, enquanto exaltavam continuamente seu dinamismo como secretário no primeiro governo republicano do Amazonas, então a cargo de Augusto Ximenes Villeroy. Com a saída de Villeroy por motivo de doença, Eduardo Ribeiro, assumiu interinamente a chefia do estado, mantendo-se nela até a chegada de Taumaturgo em 12 de setembro de 1891.

Taumaturgo inviabilizou a continuidade de sua administração ao apoiar o golpe frustrado do Marechal Deodoro da Fonseca, quando este decretou o fechamento do Congresso instaurando a primeira grande crise política da República.⁵⁸ Com a chegada de Floriano Peixoto ao poder, Taumaturgo foi instado a retirar-se do estado, entregando o cargo a militares nomeados por Floriano. Em telegrama ao Rio de Janeiro, o governador manifesta sua decisão de resistir, alegando ter sido eleito para o cargo. Floriano, por sua vez, decide impor sua autoridade pelas armas e um cerco militar instaura-se em Manaus.⁵⁹ Agnello Bittencourt lembra que “a última semana do seu governo foi um período de agonias, de corre-corre, de ameaças de fuzilamento de adversários que, afinal, eram toda a gente”.⁶⁰ Sem apoio político local, Taumaturgo entregou o governo que, logo a seguir, voltou às mãos de Eduardo Ribeiro, desta vez como governador eleito para um mandato de quatro anos.

Se, como sugere Bittencourt, as elites locais se recusaram a apoiar Taumaturgo, enquanto ovacionavam Eduardo Ribeiro, a postura dos editores do *Gutenberg* foi dissidente, e o jornal passou, então, a entabular críticas ferrenhas ao governo estadual e à própria República. Neste sentido, os comentários saídos no último número acerca da “Mensagem” do governo enviada à Assembleia Legislativa são bastante ilustrativos do nível de contradição assumido pelos editores com o governo local:

Há muito que não líamos documento tão altamente ridículo, que provocasse tanto a galhofa, digno do mais solene desprezo, do que esse enxame de tonteiras atravancados... na folha oficial, com o título de “mensagem” e que chamaremos – bobagem, uma vez analysando o documento em sua forma e n’aquilo que possa ter de substancial.

O seu autor falla-nos com ares de positivista de última hora; sim porque elle é tão positivista, da mesma forma que nós somos hebraicos.⁶¹

De um lado, o jornal acusou Eduardo Ribeiro e seu grupo político de serem “democratas sem votação”, de se aliançarem com antigos inimigos, outrora chamados de “bandidos, traidores e miseráveis”, enquanto de outro lado, saiu em defesa da posição de Taumaturgo durante a crise do fechamento do Congresso por Deodoro: “Querendo ferir o Dr. Taumaturgo nosso presidente legítimo, moralizado, constitucional e empreendedor, diz que s. exe. adherio a dissolução de 3 de novembro e logo apoz a 23 de mesmo adherio ao restabelecimento do congresso”.⁶²

Sintomaticamente, o último número do *Gutenberg* é aberto com a nota intitulada “Agressão”, dando conta do atentado sofrido pelo jornalista Marcellino da Exaltação Fernandes, seu redator. Embora o jornalista não tenha tido a oportunidade de identificar seu agressor, não tinha dúvidas de ter sido “vítima dos dominadores da atual situação e com mais prova poderia afirmar que o que digo se não estivéssemos impedidos de recorrer à justiça, pois todos conhecem que ela vê, ouve e julga pelas combinações”.⁶³

Sob ordens diretas de Floriano, a deportação de deodoristas para o extremo Norte, reforçou o nível das contradições políticas no Amazonas, uma vez que muitos políticos e militares defenestrados foram despachados para pontos fronteiriços do estado.⁶⁴ De passagem por Manaus, figuras como José do Patrocínio, Eduardo Wandenkolk e o próprio Taumaturgo de Azevedo, provocavam reações dos dois lados em disputa, e o governo local não deixou de interferir para sufocar os últimos focos de protesto. Deste ponto de vista, o empastelamento do *Gutenberg* e de outros jornais amazonenses era muito mais que mera possibilidade.

Meses depois do desaparecimento do *Gutenberg*, veio à tona o *Operário*,⁶⁵ cujo primeiro número é datado de 12 de dezembro de 1892. Seu diretor era Isidoro Vieira, que fora, como já mencionado, o primeiro redator do *Gutenberg* e membro do Partido Operário Amazonense. Vieira aparecia ainda como redator, ao lado de Thomaz de Medeiros Pontes. O novo jornal não esconde sua condição de sucessor do *Gutenberg*, embora não guarde dele as mesmas características gráficas: formato ampliado (de 37 x 52 cm), com quatro páginas de quatro colunas. Propunha ser semanal, com tiragem de 1.000 exemplares, sendo vendido ao preço de \$100 réis (o primeiro número) e \$300 réis (o segundo número). Como seu antecessor, destinava a última página para a publicação de anúncios de farmácias, lojas de venda de alimentos e roupas.

Sem subtítulo, o jornal informava ser possuidor de tipografia própria, (“Typografia d’Operario”), que ficava na Praça 5 de Setembro, nº 17. Conforme propaganda veiculada, sua oficina estava preparada para fazer “qualquer serviço concernente a arte typographica”. De acordo com J. B. Faria e Souza, dele

saíram apenas poucos números. Aos nossos dias, chegaram apenas os dois primeiros, ambos em péssimo estado de conservação. Hardman e Leonardi, também informam de sua existência, embora, à época de suas pesquisas, não tenham encontrado nenhum de seus exemplares.

Intitulava-se órgão especial da classe dos operários, cujo programa seria o mesmo traçado pelo extinto *Gutenberg*, o *Operário* priorizava a publicação de assuntos que fossem de interesse dos trabalhadores, em especial do trabalhador gráfico. Mantinha contato com jornais de outros estados, publicando inclusive notícias de jornais estrangeiros, como é o caso do artigo “movimento social”, transcrito do jornal francês “*Le Parti Ouvrier*”. Essa atitude denota sua vinculação com o internacionalismo proposto como ação política para a classe operária e foi fundamental para informar, atualizar e qualificar a ação política dos trabalhadores amazonenses, quando estes ainda se apresentavam em momento inicial de sua composição e organização.

Através de seus artigos, percebemos que o relacionamento da maioria dos jornais “independentes” – em verdade, os críticos ante o governo local! – manteve-se tenso, sofrendo constantes represálias e empastelamentos. É preciso registrar que o risco de empastelamentos não era uma exclusividade dos jornais operários. A estrutura política oligárquica expressava pouca tolerância para com o pensamento divergente. Em épocas de crise política, os jornais oposicionistas eram presas fáceis da truculência situacionista, como denunciou *O Monóculo*

Manáos servio de palco para a representação de uma das mais vis e sangrentas scenas.

Sabido de todos já são os actos mais que vergonhosos, deshumanos, que ocorreram no dia 15 do corrente, resultando de toda essa fita, porque de outra forma não podemos classificar actos taes, o bombardeio da cidade, a afflicção da nossa pacata população, e ainda mais, sangue derramado e o empastellamento de quatro órgãos de publicidade.⁶⁶

Como mencionamos, essas mesmas atitudes truculentas haviam causado o desaparecimento do *Gutenberg* e, dessa forma, o *Operário*, disso dá um testemunho importante em seu artigo inicial, sintomaticamente intitulado de “Reaparecemos”:

O reaparecimento do órgão das classes operárias sob o nome “Operário” não é certo um fato que cause surpresa no seio da opinião.

Os graves acontecimentos que se desdobraram em nosso meio motivaram a suspensão de publicação dos jornais d’esta capital, exceção do órgão oficial, e outros fatos da mesma ordem incoerentes e contraditórios.⁶⁷

No mesmo artigo, denunciando a constante “violação da liberdade de imprensa”, o *Operário* manifestava sua convicção de que “a soberania do direito hão de triunfar em breve tempo”. O tema de fato parecia preocupar os editores, que voltaram a ele no segundo número, fazendo troça das atitudes governamentais no soneto “Matinadas”, cujo autor preferiu resguardar-se de previsíveis truculências, assinando sob o pseudônimo de “Pedro Malazarte”:

Não pode a gente sahir
 Da capital d’este Estado
 Sem que o Chefe de Polícia
 Disso já esteja inteirado
 [...]
 Tem um dia cidadão
 Vontade de ir passear
 E não vai sem à polícia
 Do tal passeio informar
 Não se admirem, leitores
 Quando houver intimação
 Para toda a creatura
 Beijar da polícia a mão
 Qualquer dia deve a gente
 Em tom de baixo profundo,
 Pedir também a polícia
 Para sahir d’este mundo.⁶⁸

Publicando o orçamento do estado, o *Operário* tecia críticas severas aos gastos do governo, considerados supérfluos, a exemplo do pagamento de gratificações extraordinárias e das luxuosas ostentações atribuídas a Eduardo Ribeiro. Este era ainda acusado, juntamente com governadores de outros estados, de estarem “atirando a pátria brasileira no abismo insondável do terror”.⁶⁹

Indo na contramão das exaltações ao progresso material da região, o jornal denunciava o estado lamentável em que se encontrava a cidade, com montanhas de lixo e mato por toda parte, sarjetas obstruídas que exalavam odores fétidos. Descrevia uma cidade cujas ruas eram “asquerosas e pestilentas”, dificultando a passagem e prejudicando a saúde dos pedestres. Da mesma forma, a carestia era denunciada, e o preço de alguns produtos vendidos no mercado público era apresentado como exorbitante, em nota ironicamente intitulada de “*Barato*”.⁷⁰

O processo associativo e a filiação partidária continuaram sendo incentivados. Notas sobre o Partido Operário foram publicadas, embora o jornal não traga, como seu antecessor, o subtítulo de “órgão do partido operário”. Em seu primeiro número, o *Operário* convoca todos os “artistas e operários”, além dos que ainda não eram filiados, a comparecer à reunião que deveria eleger

uma nova diretoria do Partido. Na publicação de seu segundo número, outra nota com o título de “Partido Operário” convocava nova reunião (para o dia 25/12/1892), informando, sem explicitar os motivos, a anulação da eleição anterior.

Da mesma forma que seus antecessores, o *Operário* saiu de cena, deixando para trás uma rica experiência operária no mundo do periodismo. A retomada dessa rica trajetória de “cultura de resistência”, aguardando dias melhores na conjuntura política e social do Amazonas, só voltaria a ocorrer uma década mais tarde.

Embora poucos, fragmentários e dispersos, os jornais que compõem a imprensa operária amazonense⁷¹ permitem perceber projetos políticos e sociais alternativos de interesse dos trabalhadores urbanos e dos segmentos populares em luta para ganhar concretude no interior da sociedade amazonense daqueles anos iniciais da República. Tais periódicos oferecem uma visão bastante diferenciada das imagens consagradas pela produção historiográfica local, pouco afeita, ao reconhecimento de todo e qualquer tipo de experiência social que escapasse à órbita das elites dominantes.

Pelos jornais operários, somos apresentados a uma visão bastante crítica do processo modernizador que marcou a capital amazonense na virada do século XIX para o XX, já que por eles somos informados sobre a condição precária dos imigrantes nordestinos recém chegados para a extração da borracha, das epidemias e doenças que afligiam mais diretamente a população de baixa renda e ao cenário de carestia e miséria que assolavam a classe trabalhadora e os segmentos populares. Mesmo a imagem de personalidades consagradas por uma visão unidimensional e apologética do processo histórico regional, emerge ali empalidecida, tal o número de denúncias de desmandos e descasos na administração dos recursos públicos e no enfrentamento dos problemas sociais. É assim que nos deparamos com uma inusitada visão de Eduardo Ribeiro, o “grande homem” por excelência da História do Amazonas, glorificado por seus feitos de administrador e urbanista inigualáveis.⁷² Nos jornais operários do Estado, o que se vê é a imagem de um governador que atentou sistematicamente contra o erário público e que lançou mão de métodos autoritários e truculentos contra seus desafetos, além de ser o responsável direto por uma dezena de empastelamentos de jornais durante sua administração.

Pensando como Foot Hardman, para quem “a revisão crítica empenhada em superar os ocultamentos da história oficial e dominante deve procurar alternativas que situem parâmetros adequados para a construção de uma ‘História do Trabalho’”⁷³, é que nos lançamos ao estudo da Imprensa Operária Amazonense, certos de que as vozes dissonantes que elas encerram, repletas de inquietações, dilemas, anseios e aspirações que ficaram emudecidas por muito tempo, não foram pronunciadas em vão. E aqui estamos para ouvi-las e aprender com elas.

NOTAS

¹ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982. p. 315.

² HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: Novos estudos de História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 273.

³ BATALHA, Claudio. Formação da Classe Operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 161-189. v. 1.

⁴ BURNS, Bradford. *Manaus, 1910: Retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966. p. 17-18.

⁵ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980. p. 87-96.

⁶ SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha, 1908-1917*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: EDUA, 2003. p. 135.

⁸ *O Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 4 de maio de 1884.

⁹ BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 12.

¹⁰ O médico sanitário Hermenegildo de Campos calculou a população de Manaus em 1907 em aproximadamente 60.000 habitantes, sendo que destes, 10.000 seriam estrangeiros, metade dos quais portugueses. CAMPOS, Hermenegildo de. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. 2. ed. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1988. p. 101.

¹¹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Migração, Trabalho e Imprensa: Manaus, 1890-1928. In: *XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH. Anais...* Natal: UFRN, 2013. Tércio Miranda foi um importante gráfico do Amazonas de origem portuguesa. Trabalhou em alguns grandes jornais da capital amazonense, como o *Jornal do Comércio*, onde atuou como clichê. Se tornou uma das principais lideranças do movimento operário do Amazonas, com forte atuação nos anos de 1913 e 1914, tendo sido neste período, um dos fundadores do Sindicato dos Gráficos. Foi também o criador do periódico “*A Lucta Social*” (1914) de orientação anarquista.

¹² BATALHA, op. cit., p.170.

¹³ A saber: *O Restaurador, 1890; O Imparcial, 1890; Gutenberg, 1891-1892; Operário, 1892; Tribuna do Caixeiro, 1908-1909; Confederação do Trabalho, 1909; O Marítimo, 1911; Folha Marítima, 1911; Recordação – Sociedade Protetora das Artes Gráficas, 1911; A Lucta Social, 1914; A União, 1914; O Constructor Civil, 1920; O Extremo-Norte, 1920; Vida Operária, 1920; O Primeiro de Maio, 1928*.

¹⁴ FERREIRA, Maria de Nazaré. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988. p. 5.

¹⁵ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 311.

¹⁶ *Gutenberg*, n. 1, Manaus, 1 maio 1892.

¹⁷ *Gutenberg*, n. 25, Manaus, 1 jul. 1892.

¹⁸ FERREIRA, op. cit., p. 23-24.

¹⁹ HARDMAN; LEONARDI, op. cit., p. 314.

²⁰ “O operário gráfico era privilegiado, pois além de saber ler e escrever, era relativamente bem remunerado, sendo considerado uma elite entre os trabalhadores, cujo trabalho era o mais intelectual dos ofícios manuais”. FERREIRA, op. cit., p. 24.

²¹ Embora não seja foco de nossa análise neste artigo, *A Lucta Social* era um periódico de orientação anarquista que publicou, pelo menos, 7 números, seis para o ano de 1914 e 1 para o ano de 1924. Cf. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (Orgs.). *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: EDUA, 2004.

²² *A Lucta Social*, n. 1. Manaus, 29 mar. 1914.

²³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 307-308.

²⁴ Segundo Alfredo da Mata, em 1890, Manaus possuía uma população de 38.720. Cf. MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topografia Médica de Manaus*. Manaus: Typ. Renaud, p. 43.

²⁵ FERREIRA, op. cit., p. 13.

²⁶ *Gutenberg*, n. 19. Manaus, 1 maio 1892.

²⁷ SODRÉ, op. cit., p. 307-308.

²⁸ *A Lucta Social*, n. 1. Manaus, 29 mar. 1914.

²⁹ *Gutenberg*, n. 1. Manaus, 15 nov. 1891.

³⁰ HOBBSAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 7.

³¹ *O Restaurador* publicou 6 números, porém só temos preservado nos arquivos locais o primeiro exemplar.

³² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³³ *O Restaurador*, n. 1. Manaus, 22 jun. 1890.

³⁴ POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca: Trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p.107.

³⁵ *O Restaurador*, op. cit.

³⁶ Este periódico chegou a publicar 15 exemplares, porém, só temos preservados os de número 8, 10 e 15. FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950) - Catálogo de Jornais*. Manaus: Calderaro, 1990. p. 111.

³⁷ Há informação catalográfica de que *O Imparcial* publicou 15 números sendo o último em 9 de novembro de 1890, porém só restaram nos acervos poucos exemplares, todos em péssimas condições de leitura.

³⁸ POPINIGIS, op. cit., p. 41.

³⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 242-243.

⁴⁰ BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio

de Janeiro: Conquista, 1973. p. 421-422.

⁴¹ *Gutenberg*, n. 1. Manaus, 15 nov. 1891.

⁴² HARDMAN; LEONARDI, op. cit., p. 250.

⁴³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação, 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 87.

⁴⁴ *Gutenberg*, n. 19. Manaus, 1 maio 1892.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ *Gutenberg*, n. 1. Manaus, 15 nov. 1891.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Diz o jornal: “Esse é o fim que de agora almejamos, é este o lema de nossa navegação, d’entre todos do numerosíssimo centro typographico da União brasileira, em breves instantes, assim, terminando n’este Estado a criação de um partido em que havemos de aggreirmo-nos, aspirando novas ideias, imprimindo outros dísticos à bandeira que nos for dado apresentar nossos destinos”. *Gutenberg*, n. 1. Manaus, 15 nov. 1891.

⁵⁰ Tal como no Amazonas, O *Partido Operário do Pará* difundia suas ideias através de um jornal direcionado a classe operária, a *Tribuna Operária*. De orientação socialista, o partido manteve-se ativo até 1894. SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992. p. 199-220.

⁵¹ *Gutenberg*, n. 19. Manaus, 1 maio 1892.

⁵² HARDMAN; LEONARDI, op. cit., p. 314.

⁵³ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 31.

⁵⁴ Segundo o autor a “A história do Partido Operário do Pará, que refletiu entre nós ideais da II Internacional e se ligou ao Partido Operário Socialista Brasileiro, está para ser investigada e contada. Os elementos disponíveis não são abundantes, mas são seguros.” SALLES, Vicente. *Marxismo, Socialismo e os Militantes Excluídos*. Belém: Paka-Tatu, 2001. p.60.

⁵⁵ SALLES, op. cit., p. 219.

⁵⁶ HARDMAN; LEONARDI, op. cit., p. 267.

⁵⁷ A escola funcionou na Praça 5 de Setembro, n. 42. *Gutenberg*, n. 25. Manaus, 1 jul. 1892.

⁵⁸ SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: Nasce a República (1888-1894)*. São Paulo: Editora Três, 1975. p. 97-103.

⁵⁹ REIS, op. cit., p. 250-255.

⁶⁰ BITTENCOURT, op. cit., p. 484.

⁶¹ *Gutenberg*, n. 19. Manaus, 1 maio 1892.

⁶² Ibidem.

⁶³ *Gutenberg*, n. 25. Manaus, 1 jul. 1892.

⁶⁴ SILVA, Francisco Bento da. *Acre, a Sibéria Tropical: Desterros para as regiões do Acre em 1904 e 1910*. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 59-65.

⁶⁵ Sobre este periódico só temos referência a publicação de 2 números que se encontram preservados.

⁶⁶ *O Monóculo*, n. 2. Manaus, 21 jul. 1913.

⁶⁷ *Operário*, n. 1. Manaus, 12 dez. 1892.

⁶⁸ *Operário*, n. 2. Manaus, 19 dez. 1892.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ “Continua a mil e quinhentos réis o kilograma de carne verde vendida no Mercado Público, e a farinha a dezoito mil réis o paneiro”. *Operário*, n. 1. Manaus, 12 dez. 1892.

⁷¹ Os 4 jornais aqui trabalhados perfazem um total de 48 números publicados, podendo até ser um pouco mais, porém só 9 sobreviveu ao tempo.

⁷² Cabe conferir, dentre outros, as referências a Eduardo Ribeiro em: NERY, Barão de Santa’Anna. *O Paiz das Amazonas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979. p. 25. BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus: ACA – Fundo Editorial, 1985. p. 290-291; LOUREIRO, Antonio José Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978. p. 227.

⁷³ HARDMAN, op. cit., p. 301.

Artigo recebido em setembro de 2013. Aceito em julho de 2014.